

GOA, O SONHO IMPOSSÍVEL

Trinta anos depois da anexação, restam quase só as pedras para fazer fé que estivemos em Goa 450 anos. Entre a desconfiança dos indianos e o desleixo dos portugueses, só os «goeses» – uma minoria muito especial – persistem em manter viva a memória.

Pode-se chegar a Goa assim, de noite, num aeroporto discreto e abafado, com um grupo de trinta pessoas à saída da sala de desembarque segurando cartazes dizendo «Welcome to Goa, Terry and Ann». Terry é o fundador, sacerdote ou profeta, da igreja New Frontier e Ann é a sua excelsa esposa. Rodeado pelo seu pequeno círculo de seguidores goeses, de chapéu de palha na cabeça e colar de flores ao pescoço, o imbecil do Terry, que nada distingue de um vulgar bebedor de cervejas de qualquer *pub* bafiento de Hampstead, arenga às massas, à saída do aeroporto de Badolim. Criei, logo ali, uma sólida antipatia pelo Terry e pela sua deslavada Ann. Irritou-me o seu ar de vendedor de sabões e irritou-me, sobretudo, que ele e os cartazes em inglês que o acolhiam fossem a primeira imagem que um português recebe à chegada a Goa. Primeiro equívoco e erro meu: não se encontra o que se busca, mas o que se encontra.

Há uma hora que o autocarro partiu do aeroporto e continuamos a andar, numa estreita estrada iluminada por dispersos candeeiros de luz amarela desmaiada, como se a viagem não tivesse fim. Segundo equívoco: Goa não é, como muitos julgam, apenas uma cidade, mas um território de 3800km, o tamanho do Algarve. Penso na impossível missão de Vassalo e Silva e dos seus oitocentos homens, e penso em Salazar, o homem que queria manter um império que só conhecia dos mapas e das descrições alheias. Na escuridão exterior, consigo divisar casas de madeira com lâmpadas acesas nos alpendres, bancas de venda miseráveis anunciando a *Coca-Cola*, o *Times of India* ou os escritórios de uma agência matrimonial. E, de vez em quando, uma casa caiada de branco, com telhas portuguesas, ou uma igreja pousada sem sentido à beira do caminho. E, por todo o lado, jardins de palmeiras e palmeiras sem jardins, como se fossem anteriores a tudo o resto – as demarcações da propriedade, o cruzamento das arquitecturas, as idas e vindas dos impérios. Penso então neste estranho mistério das palmeiras, que sempre pareciam existir para onde quer que os portugueses navegassem, como se buscassem, numa paisagem de palmeiras, os sinais da certeza do regresso a casa.

Quando, enfim, o autocarro pára, transladamo-nos, seguindo em silêncio a corrente dos outros, para um velho barco de ferro ferrugento, atravessamos um rio sujo – o Mandovi – e retomamos, do outro lado, a viagem de autocarro. De novo se repete esta paisagem nocturna e silenciosa, através da janela. Goa dorme um sono de séculos e é como se o mundo inteiro dormisse. Lá fora é húmido e cheira a verde, as igrejas e capelas que não cessam de aparecer alternam com raros templos hindus, nada mais do que um telheiro descoberto com um altar onde brilham lamparinas de azeite ou velas de cera. Shiva e as suas várias faces, Senhor do caos e da harmonia, da criação e da destruição simultaneamente, vela também pelo sono de Goa. Uma espécie de névoa do pensamento desce sobre nós e, a custo, tento encontrar uma correspondência geográfica

Pode-se chegar a Goa assim, de noite, num aeroporto discreto e abafado, com um grupo de trinta pessoas à saída da sala de desembarque segurando cartazes dizendo «Welcome to Goa, Terry and Ann». Terry é o fundador, sacerdote ou profeta, da igreja New Frontier e Ann é a sua excelsa esposa. Rodeado pelo seu pequeno círculo de seguidores goeses, de chapéu de palha na cabeça e colar de flores ao pescoço, o imbecil do Terry, que nada distingue de um vulgar bebedor de cervejas de qualquer *pub* bafiento de Hampstead, arenga às massas, à saída do aeroporto de Badolim. Criei, logo ali, uma sólida antipatia pelo Terry e pela sua deslavada Ann. Irritou-me o seu ar de vendedor de sabões e irritou-me, sobretudo, que ele e os cartazes em inglês que o acolhiam fossem a primeira imagem que um português recebe à chegada a Goa. Primeiro equívoco e erro meu: não se encontra o que se busca, mas o que se encontra.

Há uma hora que o autocarro partiu do aeroporto e continuamos a andar, numa estreita estrada iluminada por dispersos candeeiros de luz amarela desmaiada, como se a viagem não tivesse fim. Segundo equívoco: Goa não é, como muitos julgam, apenas uma cidade, mas um território de 3800km, o tamanho do Algarve. Penso na impossível missão de Vassalo e Silva e dos seus oitocentos homens, e penso em Salazar, o homem que queria manter um império que só conhecia dos mapas e das descrições alheias. Na escuridão exterior, consigo divisar casas de madeira com lâmpadas acesas nos alpendres, bancas de venda miseráveis anunciando a *Coca-Cola*, o *Times of India* ou os escritórios de uma agência matrimonial. E, de vez em quando, uma casa caiada de branco, com telhas portuguesas, ou uma igreja pousada sem sentido à beira do caminho. E, por todo o lado, jardins de palmeiras e palmeiras sem jardins, como se fossem anteriores a tudo o resto – as demarcações da propriedade, o cruzamento das arquitecturas, as idas e vindas dos impérios. Penso então neste estranho mistério das palmeiras, que sempre pareciam existir para onde quer que os portugueses navegassem, como se buscassem, numa paisagem de palmeiras, os sinais da certeza do regresso a casa.

Quando, enfim, o autocarro pára, transladamo-nos, seguindo em silêncio a corrente dos outros, para um velho barco de ferro ferrugento, atravessamos um rio sujo – o Mandovi – e retomamos, do outro lado, a viagem de autocarro. De novo se repete esta paisagem nocturna e silenciosa, através da janela. Goa dorme um sono de séculos e é como se o mundo inteiro dormisse. Lá fora é húmido e cheira a verde, as igrejas e capelas que não cessam de aparecer alternam com raros templos hindus, nada mais do que um telheiro descoberto com um altar onde brilham lamparinas de azeite ou velas de cera. Shiva e as suas várias faces, Senhor do caos e da harmonia, da criação e da destruição simultaneamente, vela também pelo sono de Goa. Uma espécie de névoa do pensamento desce sobre nós e, a custo, tento encontrar uma correspondência geográfica



entre o percurso do autocarro e o mapa memorizado de Goa. Queria compreender tudo nesta noite, que mais tarde se prolonga no terraço do Hotel do Forte Aguada, sob um céu límpido de estrelas e uma orquestra de circunstância que toca o My Way para uma dezena de turistas, que imagino ignorantes de tudo, olímpicamente indiferentes à saga dos Gamas e dos Albuquerque. Queria compreender tudo, queria que tudo fizesse sentido numa só noite, mas, oito dias depois, esse território, esse mistério ou esse estado de espírito a que chamamos Goa continuava a ser uma névoa mental, onde a razão e o entendimento se perdem, numa contradição insanável entre factos e emoções, entre desejos e realidades. E, se calhar, apenas uma certeza persiste: a de que Goa nos é, a nós, portugueses, demasiadamente íntima do nosso imaginário, demasiadamente próxima da nossa memória, para que nos consinta esse supremo luxo de um juízo desapaixonado e atento. Este é, por excelência, o território de caça das nossas nostalgias. O lugar onde buscamos uma continuidade e um sentido – se calhar impossíveis – no fluir do tempo. Porque estão presentes por todo o lado e nos assaltam os sentidos, as igrejas e as casas, os pátios e os arquivos, essa profusão de nomes de Mascarenhas e de

Meneses, escritos e ouvidos por todos os lados. Como no pequeno cemitério de Lautolim, onde as lápides mais antigas estão escritas em português e as mais recentes em inglês: «*To the memory of our beloved Luís Filipe Honório de Mascarenhas.*» Dizem que há 450 igrejas em Goa e que a elas deve o mais recente estado da União Indiana o seu antigo cognome de Roma do Oriente. Todas elas são mantidas em perfeito estado de conservação, com as paredes imaculadamente brancas e os interiores restaurados amiúde, excepto, talvez, a mais antiga de todas – a Igreja de Santa Catarina –, mandada construir em 1510 por Afonso de Albuquerque para celebrar a conquista de Goa, e que está abandonada e ameaçando ruína, entre o capim das traseiras da Catedral de Velha Goa. Fruto da emigração oriunda dos estados adjacentes, o número de católicos em Goa vai diminuindo aos poucos e hoje representa apenas 29 por cento da população. Mas a sua fé e a sua convicção são comoventes. As igrejas enchem-se para a missa, celebrada em concani, o dialecto do Sul da Índia, e, aos domingos, rezada também em inglês e português, em Pangim, a capital. Num entardecer de um dia de semana, numa curva da estrada a leste de Goa, onde as planícies de arroz e os palmeirais são substituídos por uma paisagem de montanhas e selva, fomos encontrar o padre Edmundo Silva preparando-se para celebrar missa na pequena capela de Nossa Senhora de Lurdes, em Embori, paróquia de Amora, com 1600 católicos recenseados. Nascido em Goa, esteve longos anos colocado em Zanzibar. Nunca conheceu Portugal e interrogamo-nos sobre o mistério do seu português fluente e a delicadeza dos seus modos. Tem um ar simultaneamente cansado e feliz, a imagem que fazemos de um missionário das Índias, que a sotaina branca acentua. A conversa é interrompida por um estalejar de foguetes e o repicar dos sinos chamando os fiéis para a missa, enquanto o padre Edmundo se para-menta, ajudado por duas raparigas da aldeia. As mulheres ocupam o interior da pequena ermida e os homens sobram para o pátio posterior, envolvendo o ar com a magia de um cântico litúrgico em concani, que soa melancólico e longínquo, na luz difusa deste fim de dia. Como é diferente a Igreja Católica das Índias ou de África! O verdadeiro mistério de Cristo e a força da Sua mensagem persistem aqui, longe das intrigas de salão da Igreja outra que conhecemos, dos seus bancos, da sua televisão privada, da sua sombria Opus Dei. Lembro-me irresistivelmente da Igreja sitiada de Timor, mas qualquer comparação é errada. A Igreja Católica não é aqui factor de resistência, porque também não é vítima de perseguição, diz-me monsenhor Carmo da Silva, pároco da Igreja da Imaculada Conceição em Pangim e antigo reitor do Seminário de Rachol.

Quando os portugueses partiram, a Igreja ficou. Nehru e os seus sucessores respeitaram sempre as diferenças culturais, históricas e religiosas de Goa. Nenhuma estátua foi derrubada, não se destruíram os arquivos nem os retratos dos vice-reis, nada

se fez para impedir o culto católico e, se hoje já só uma elite de cerca de dois por cento de goeses fala português, a culpa é sobretudo de Portugal que gasta 40 milhões de contos com um Centro Cultural em Belém, mas que não tem verbas disponíveis para enviar livros portugueses para Goa nem para custear as despesas de um leitor no Departamento de Estudos Portugueses da Universidade de Goa, onde apenas há um estudante inscrito.

Contudo, nem todos os indianos vêem com bons olhos as tentativas de reaproximação de Portugal, de que a recente visita de Mário Soares se pretendeu precursora. Olhando o presidente português dançar o vira com uma ministra indiana, durante um banquete em Goa, dois veteranos Freedom Fighters (a antiga organização clandestina antiportuguesa) confessam cepticamente as suas dúvidas e discordâncias. Têm medo que a aproximação cultural que Portugal reclama encubra outras motivações. Para tudo dizer, têm medo do regresso dos portugueses e, por mais incrível que pareça, têm medo militar, até. Incrédulo, explico-lhes que o Exército Português tem hoje apenas umas dezenas de milhares de homens, sem meios nem vontade de se envolverem em aventuras militares de qualquer espécie. V. N. Lawandee e Narayan Naik (que, à conta de Salazar, passou catorze anos preso, em Portugal e em Angola) olham-me desconfiados. Cinco séculos e trinta anos depois, a lenda de Afonso de Albuquerque continua, absurdamente, a inspirar o receio dos indianos. Por isso mesmo, Mário Soares vê-se inesperadamente a explicar a todos que o Consulado-Geral que Portugal pretende abrir em Goa não tem «quaisquer outras motivações que não as diplomáticas». Dir-se-ia inimaginável mas é do que se trata. E, enquanto os franceses já abriram dois centros da Alliance Française em Goa e estão a caminho de se transformarem na terceira língua do estado, depois do concani e do inglês, o projectado Centro Cultural Português continua a marcar passo, entre a ineficiência burocrática de Lisboa e a desconfiança política de Nova Deli e de Goa.

Talvez isto se compreenda um pouco quando se atravessa a Índia toda e se pára em Goa. No meio do holocausto humano e social de Deli, Calcutá ou Bombaim, ao lado da paisagem de miséria de Uttar Pradesh, de Madrasta ou do Rajastão, Goa é um oásis. Richard Burton, o grande explorador e aventureiro inglês do século XIX, que a Goa dedicou um livro (*Goa and the Blue Mountains*), criticou acerbamente a colonização portuguesa na Índia e a sua intransigência religiosa. Outros ingleses ilustres que celebraram as virtudes imperiais do *raj* britânico, como Kipling ou Churchill, que aqui ao pé, em Bangalore, se estabeleceu com o seu Regimento de Hussardos da Rainha, desprezaram a presença portuguesa em Goa, Damão, Diu e outros pequenos enclaves do que orgulhosamente chamávamos o Estado Português da Índia. Mas, percorrendo a Índia inglesa, nada encontramos como memória da sua passagem, senão alguns dispersos e



pesados monumentos vitorianos, a sobrevivência louvável de algumas sólidas tradições democráticas e, à parte os campos onde os filhos abastados da Índia jogam *cricket* vestidos de branco, tudo o resto é apenas uma imensa paisagem de degradação humana e catástrofe iminente, que nenhuma palavra chega para descrever. Goa, pelo contrário, mantém uma harmonia e um ordenamento físico e humano que tornam impossível resumir a sua história até 1961 como a de uma simples colónia de um distante país europeu.

Os portugueses que vieram para Goa vieram para se instalar, para criar raízes, para introduzir hábitos e para se aculturarem. Vê-se nas casas do interior, nas igrejas, nas formas de cultura dos campos, na arquitectura dos edifícios públicos de Pangim. Muitos nasceram em Goa e viveram em Lisboa ou vice-versa, reproduzindo nas suas deambulações o triângulo Lisboa-Moçambique-Índia que dominou o comércio no Índico e no golfo Pérsico durante sucessivas gerações. Depois de 1961, alguns permaneceram para trás, defendendo-se da aplicação da Evacuee Property Act, mediante a qual as autoridades indianas declaravam expropriadas as propriedades de todos os que abandonassem

o território, seguindo a retirada da Administração portuguesa. Visitei algumas dessas casas e os que ficaram para as defender. Em Margão, no belíssimo largo da igreja matriz, a casa de um antigo funcionário público português, que pediu o anonimato, enquanto dizia ter ficado para defender «algumas peças valiosas do património da família, como pratas e loiças da Companhia das Índias». Os seus dois únicos filhos estudam em Portugal. Se eles quiserão ou não voltar, é coisa que não sabe. Mas espera que algum volte, «porque senão, tudo isto acaba». Em Lautolim, a casa de D. Rosa Dias, muitas vezes fotografada por revistas e visitada por viajantes ilustres, guarda intacto o seu *charme* feito de madeiras escuras, de loiças azuis das Índias e de sofás de veludo cobertos por rendas brancas. Nas paredes, os retratos das pessoas de família de outras gerações assinalam a antiga solidez da casa, onde o devastador calor que reina lá fora é substituído por uma frescura de sombras e varandas celebrada na consistência mineral de um simples copo de água que um criado antigo nos oferece numa bandeja. Mas há uma poeira fina que cobre tudo, uma poeira feita de nostalgias e de lugares perdidos, que atravessa cada uma das divisões da casa, desde a sala de jantar até aos quartos de hóspedes, vazios e arrumados, na espera que adivinhamos dolorosa das visitas esparsas dos parentes de Lisboa. É o que resta do Império. Sente-se nesta casa as saudades como se fossem nossas.

Uma noite, no terraço de um hotel em Dona Paula, próximo de Pangim, celebra-se o aniversário do escritor António Alçada Baptista, de visita a Goa. Ao redor de uma comprida mesa, um juiz, um arquitecto, dois comerciantes, as suas mulheres e um estudante, todos de Goa, conversam animadamente, trocando com os de Lisboa recordações e notícias frescas. Pergunto a um deles, a dado passo, o que se sentem, afinal – indianos ou portugueses? «Somos goeses», é a resposta simples. Nem uma coisa nem outra, ou a síntese de ambas. A certa altura, a festa anima-se com o aparecimento dos cantores Fernando Tordo e Carlos Mendes, também eles em digressão pela Índia. Ao som de uma guitarra, desfilam todos os fados de Lisboa, desde a «Mariquinhas» até ao «*Amor, ciúme, cinzas e pecado/tudo isto existe, tudo isto é fado*». Os «goeses» estudaram em Coimbra, vaguearam pelo Bairro Alto, sabem de cor todas as letras, mesmo quando o Carlos Mendes canta «*Os teus olhos negros, negros, / São gentios, são gentios da Guiné, /Ai da Guiné por serem negros, da Guiné por serem negros, / Gentios por não terem fé*» – uma cantiga açoriana falando de África, sob um céu nocturno da Índia.

Não nos iludamos, porém. Estes goeses, a quem os indianos dos Freedom Fighters chamam depreciativamente «os portugueses», são uma minoria, cada vez menor e mais distante. A população de Goa tem actualmente um milhão e duzentas mil almas – o dobro do que tinha ao tempo da partida dos portugueses. Com a abertura da

fronteira e a integração na União, Goa começou a receber os andrajosos emigrantes do Gujrat e do Rajastão, e Pangim começou a assemelhar-se a uma qualquer outra caótica cidade indiana. Nas praias que fazem (a meu ver, sem razão) a fama turística de Goa – a do Forte Aguada, a do Vagatore, a de Kolwa – são estes emigrantes que entretêm os turistas, na sua maioria os *hippies* sobreviventes de Catmandu, que aqui começaram a chegar no início dos anos 70, vivendo de muito sol e poucas rupias. Eles percorrem as praias, sem descanso, atormentando as férias dos turistas, a quem propõem tudo – desde a compra de colares e sedas até às massagens relaxantes ou, mesmo, como vi, apresentando-se como especialistas em limpeza de orelhas, com certificado e tudo, propondo a desobstrução definitiva dos ouvidos.

Em Pangim, o trânsito é caótico, como em qualquer outra cidade indiana, talvez apenas um pouco menos intenso. Carros dos anos cinquenta, autocarros desconjuntados, *scooters*, *rickshaws* a motor e a pedal (estes, oficialmente proibidos), vacas sagradas, todos se comprimem e disputam, à força de buzínadelas permanentes, cada metro quadrado das ruas da capital. Por quatro contos de réis aluga-se um táxi ao dia e percorre-se as esburacadas e estreitas estradas de Goa. Além da possibilidade de ver uma paisagem lindíssima, a experiência é um excelente teste cardíaco. Em cada curva da estrada, em cada lombada, em cada ultrapassagem e de cada vez que nos cruzamos com outro veículo, joga-se a vida ao segundo e ao centímetro quadrado. É suposto conduzir-se à esquerda, em Goa, como no resto da Índia, fruto da herança inglesa. Aqui, porém, talvez como forma de resolver este dilema de influências coloniais, entre a Inglaterra e Portugal, não se conduz nem à esquerda nem à direita, mas rigorosamente ao centro, ao meio da estrada. Quando dois carros se cruzam, avançam um para o outro, de frente, como dois toiros furiosos, e só no último instante, de comum acordo, os respectivos condutores decidem continuar a viver mais uns tempos – já agora!

De vez em quando, as estradas e ruas são cortadas ao trânsito porque vai passar um ministro. Diligentes e numerosos polícias de bastão fazem encostar tudo à berma e, precedido por uns batedores de moto, lá vem Sua Ex.^a num ronceiro *Ambassador*, uma versão do *Morris Minor* de 1954. Como em qualquer país do Terceiro Mundo, a classe política cultiva a ostentação e abusa dos privilégios. O jogo de influências e a corrupção, que aos poucos vão corroendo a democracia indiana, não fazem excepção em Goa.

Praticamente todos os empregos existentes são no funcionalismo público. Dir-se-ia que, com tanta gente disponível em cada serviço ou repartição, as coisas funcionariam, ao menos, melhor e mais depressa. Puro engano: a mais simples decisão nunca é tomada por menos de cinco zelosos funcionários, um de cada vez e todos eles

Goa, o sonho impossível



fazendo questão de exhibir o seu quinhão de poder e de discricionaridade. Quando as decisões parecem mais importantes ou as pretensões dos particulares se afiguram suspeitas – como é o caso da importação de *whisky* – tem de se subir toda a escala de decisão até Nova Deli. Há em Goa inúmeros hotéis, bares e restaurantes. Mas, à excepção dos dois principais hotéis, em lado nenhum se pode beber um *whisky* ou uma cerveja importada, porque o custo de corromper todos os funcionários necessários, desde as

autoridades locais até ao ministério que em Deli emite as licenças, tornaria incomportável o preço das bebidas. A burocracia conhece excessos e ratoeiras que se podem revelar exasperantes. Se um estrangeiro correr o risco de não declarar uma máquina fotográfica à entrada, é possível que fique sem ela à saída, por suspeita de a ter comprado na Índia e estar a contrabandeá-la (!). Mas, se optar por querer tudo acautelado logo à partida, é certo que vai perder uma hora na Alfândega, a preencher papéis em triplicado e a passar de funcionário em funcionário, recolhendo carimbos e exibindo a máquina e os seus documentos, como se se tratasse de um perigosíssimo espião introduzindo um míssil nuclear no país.

Tudo isto se desvanece bastante quando se sai de Goa para qualquer outra parte da Índia. É então que se realiza a que ponto esta antiga colónia portuguesa é ainda uma ilha de tranquilidade e de relativa abundância no meio de um mar de miséria e de decadência que a cerca. Mas sente-se que o tempo e a inexorável lei do crescimento demográfico irão, a prazo, engolir a terra de S. Francisco Xavier. Como portugueses, desejamos então que o Centro Cultural e o Consulado português se tornem uma realidade e que a presença de Portugal aqui, neste canto do Índico, se possa prolongar em qualquer coisa mais do que as igrejas, as casas e os retratos dos vice-reis. Mas, para a geração de goeses que nasceu já depois da nossa partida e para os milhares de outros indianos que aqui acorrem em busca do dinheiro dos turistas, Portugal é, quando muito, uma nota de pé de página no livro das suas vidas. E interrogamo-nos, então, que sentido fará este desejo de nos perpetuarmos de alguma forma nos cantos do mundo aonde a História nos levou e de onde a História nos varreu.

Na véspera da invasão de Goa, em 17 de Dezembro de 1961, Franco Nogueira, então ministro dos Negócios Estrangeiros, escrevia no seu diário: «Há quase um mês que travamos uma intensa campanha mundial para salvar Goa. Haverá mais qualquer coisa a fazer que não me ocorra?» Havia, mas Salazar nem queria ouvir falar disso. Também se pode amar o que não se possui, também se pode servir o que deixou de ser nosso. O destino dos povos não é o de terem Impérios, mas o de terem memórias.

Em Goa, tudo isto, de repente, faz sentido. Há qualquer coisa ali que contém a resposta a esta armadilha política. Compreendemos que o Império era um sonho impossível, no nosso tempo. Mas compreendemos, também, que há uma memória que se nos impõe por si, por mais que a vontade de uns e o desleixo de outros façam por esquecê-la. Tudo se torna claro, em Goa. No terraço de um hotel em frente ao mar que nos trouxe, à luz do Cruzeiro do Sul, numa noite afogada em estrelas.

Março 1992